

1.

E S T A T U T O
D O
C L U B E D E C U L T U R A

Capítulo I

Art. 1º - O Clube de Cultura fundado em 30 de MAIO de 1953 à rua Ramiro Barcelos n. 1353, com sede em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade civil, constituída por sócios de ambos os sexos em numero ilimitado, sem distinção de nacionalidade, credo político ou religioso, tendo por finalidade proporcionar o desenvolvimento cultural em todos os seus ramos ou setores (artístico, literário, esportivo, etc.) bem como Assistência Social e Beneficente.

Parágrafo único: - A Sociedade terá duração de tempo indeterminado.

Capítulo II

Dos sócios e suas categorias.

Art. 2º - Os sócios dividem-se nas seguintes categorias:

- a) FUNDADORES
- b) PROPRIETÁRIOS
- c) REMIDOS
- d) CONTRIBUINTES
- e) BENEMÉRITOS
- f) HONORÁRIOS
- g) JUVENIS
- h) ESTUDANTES.

Art. 3º - São sócios fundadores aqueles que subscreveram a ata de fundação.

Art. 4º - São proprietários:

- a) Aqueles que subscreveram uma ou mais ações destinadas a formação do patrimônio do Clube.
- b) Os herdeiros e aqueles que adquiriram os direitos de sócios proprietários depois que a Diretoria aceitar o seu ingresso nessa categoria.

No caso de transferência de ações, vigorará o que segue:

- 1º - Ao Clube de Cultura caberá 30% (trinta por cento) do valor vigente das ações.
- 2º - O Clube terá preferência na aquisição das ações.

Art. 5º - São sócios remidos os que subscreveram um título no valor de VINTE CRUZEIROS (Cr\$ 20,00) e integralizaram seu pagamento.

- a) os sócios remidos ficam isentos, somente, do pagamento das mensalidades.
- b) o título de sócio remido é nominal e intransferível.

Art. 6º - São contribuintes os sócios que pagarem regularmente a joia e suas mensalidades.

Art. 7º - São beneméritos os que tiverem prestado ao Clube serviços ou atos de inequívoca relevância, ad referendum da Assembleia Geral.

Art. 8º - São honorários os que se destacaram na ciência, artes ou letras, devendo o título ser concedido pelo Conselho Deliberativo.

Art. 9º - São juvenis, os menores, filhos ou não de sócios em pleno gozo de seus direitos.

Art. 10º - São estudantes todos aqueles que, maiores de 18 anos, comprovadamente, frequentarem curso de qualquer nível.

Capítulo III

Da admissão e contribuição dos sócios.

Art. 11º - Afin de ser admitido no quadro social é necessário ser proposto por um sócio do Clube e preencher um formulário que comprove a idoneidade moral e civil do proposto.

Art. 12 - O candidato admitido começará a pagar as obrigações dentro do prazo de trinta (30) dias, contando da data da comunicação, a qual lhe será feita.

Parágrafo único - As cotas dos sócios proprietários poderão ser pagas em prestações, as quais serão previamente fixadas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 13º - O sócio em atraso com mais de três meses, serão eliminados, cabendo ao Conselho Deliberativo a faculdade de conceder maior prazo, a requerimento do interessado.

Capítulo I V

Des deveres e direitos dos sócios.

art. 14 - são deveres dos sócios:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto.
- b) cumprir e fazer cumprir os regimentos internos.
- c) aceitar e bem desempenhar as funções para as quais forem indicados.
- d) votar, quando convocados.
- e) pagar pontualmente suas mensalidades.
- f) pgnar pelo engrandecimento do Clube.
- g) levar ao conhecimento da Diretoria qualquer irregularidade que a seu juízo prejudicar os interesses do Clube.

Capítulo V

Das Penalidades.

Art. 15 - Os sócios que transgredirem este Estatuto, os Regimentos Internos e as deliberações de maioria serão passíveis das seguintes penalidades:

- a) admoestação por escrito.
- b) suspensão até noventa dias.
- c) eliminação.

Parágrafo 1.º — A reincidência da infração dará lugar a aplicação de uma penalidade da letra seguinte.

Parágrafo 2.º — Os sócios suspensos perdem os direitos estatutários durante a vigência da penalidade, mas ficam sujeitos aos deveres legais.

Parágrafo 3.º — Ao sócio proprietário excluído do Clube cabe o direito de, na forma dos estatutos, transferir a terceiros o título de sua propriedade.

Art. 16 — Das penalidades impostas pela Diretoria cabe recurso ao Conselho Deliberativo, o qual decidirá em última instância.

Art. 17 — A pena de eliminação será imposta no caso de:

- a) Condenação judicial por crime infamante, passado em juízo.
- b) Tentativa de implantação de cizania ou de promoção de discordia entre os membros do Clube.
- c) Externar-se ostensivamente de modo ofensivo ao decôro ou aos interesses do Clube, ou faltando com o devido respeito à Diretoria, já por não lhes cumprir a determinação, já por se rebelar contra as leis e princípios vigentes.
- d) Falta de pagamento, seja a que título fôr, das mensalidades, ou vales devidos ao Clube ou à sua copa, depois de notificado por escrito e decorrido o prazo de tolerância estipulado para satisfazer tais pagamentos.

Art. - 18 A pena de eliminação imposta pela Diretoria só entrará em vigor depois de referendada pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO VI

Das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias

Art. 19 — A Assembléia Geral se compõe de sócios que, em pleno gozo de seus direitos, a ela comparecerem.

Art. 20 — Os socios proprietários quites com a tesouraria reunir-se-ão em Assembléia Geral, convocada pela Diretoria, bienalmente, durante a primeira quinzena de Junho, para o fim de eleger os membros do Conselho Deliberativo, de que trata o art. 23.

Art. 21 — A Assembléia Geral só poderá ser constituída em 1.^a Convocação com a presença da maioria de sócios com direito a voto, e em 2.^a com qualquer número de socios.

Parágrafo 1.^o — Da primeira convocação se dará ciência pela imprensa com a antecedência exigida por lei.

Parágrafo 2.^o — Se na hora aprazada para a instalação da Assembléia não houver número legal estabelecido nestes estatutos para a 1.^a convocação, far-se-á a 2.^a reunião para meia hora mais tarde, com qualquer número de socios presentes.

— 6 —

Art. 22 — As Assembléias Gerais serão sempre abertas pelo presidente do Clube ou seu substituto legal.

Parágrafo 1.^o — Os sócios só poderão fazer uso da palavra quando esta lhe for concedida pelo Presidente da Assembléia.

Parágrafo 2.^o — O Presidente da Assembléia nomeará dentre os sócios presentes o Secretário e estabelecerá as normas para o uso da palavra, cabendo ao mesmo a faculdade de cessar a palavra ao sócio que se expressar em linguagem insultuosa ou inconveniente, ou quando julgar prejudicial à boa marcha dos trabalhos.

Art. 23 — Na Assembléia só poderão votar e ser votados os sócios proprietários a ela presentes que estejam quites com o Clube em qualquer sentido, e sejam maiores de 21 anos.

Parágrafo único — As eleições ou votações serão sempre por meio de voto secreto.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Deliberativo, sua constituição, funcionamento e convocação

Art. 24 — O Conselho Deliberativo se compõe de 19 membros, sócios proprietários eleitos em Assembléia Geral.

Parágrafo 1.^o — Este Conselho será constituído pelos sócios proprietários formado em dois grupos:

— 7 —

Parágrafo 2.^o — A gestão do Conselho Deliberativo será de dois anos.

Art. 25 — Ao Conselho Deliberativo compete:

- a) Eleger dentre os seus membros o Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho.
- b) Eleger a Diretoria do Clube.

- 4
- c) Reunir-se no mínimo uma vez por mês.
 - d) Aprovar os atos da Diretoria, os balanços e relatório anual da Diretoria.
 - e) Julgar recursos e atos da Diretoria e Conselho Fiscal.
 - f) Resolver os casos omissos nestes estatutos.
 - g) Reformar os estatutos em parte, ou todo.
 - h) Fixar a jóia e as mensalidades das diferentes categorias de sócios.

Art. 26 — O Conselho Deliberativo poderá cassar o mandato da Diretoria ou de seus membros se julgar os atos destes ruinosos aos interesses do Clube.

Parágrafo único — Neste caso, nomeará outros membros para findar o mandato.

Art. 27 — As vagas que se derem no Conselho Deliberativo por qualquer circunstância serão preenchidas por indicação da maioria dos seus membros, em reunião ordinária ou extraordinária.

Parágrafo único — Na hipótese das vagas atingirem a 1/3 do Conselho Deliberativo, esse convocará a Assembléia Geral Extraordinária para a eleição dos cargos vagos.

9-

Art. - 28 Os membros do Conselho Deliberativo não estão impedidos de serem eleitos para qualquer dos cargos da Diretoria.

?? Art. - 29 Ficam sujeitas à aprovação do Conselho Deliberativo a compra, venda, ?? permuta ou alienação de imóveis, bem como as despesas superiores a Cr\$ 10.000,00 (Dez mil cruzeiros). ??

Parágrafo único. - As reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Deliberativo serão consideradas legais desde que a elas estejam presentes a maioria dos Conselheiros.

CAPÍTULO VIII

Da Diretoria

Art. 30 - O Clube será administrado por uma Diretoria composta dos seguintes membros: PRESIDENTE. - VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO. - VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS. - VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS CULTURAIS. - e VICE PRESIDENTE DE PATRIMÔNIO E RELAÇÕES PÚBLICAS.

Parágrafo único - A nacionalidade dos membros da Diretoria obedecerá ao estatuido nas leis vigentes.

Art. 31 - O mandato da Diretoria será de dois anos e as reeleições serão legais de conformidade com as disposições estatutárias.

Art. 32 - Compete a Diretoria:

- a) administrar o Clube zelando pelos seus interesses e engrandecimento.
- b) Elaborar o regimento interno.
- c) Deliberar sobre admissão, demissão e licença, assim como eliminação, readmissão e penalidades dos sócios.
- d) Resolver os casos omissos destes estatutos, submetendo-os a aprovação do Conselho Deliberativo, antes da execução.
- e) Autorizar as despesas necessárias à manutenção do Clube.
- f) Contratar os empregados que julgar necessários.

g) Organizar o relatório anual e os balanços da receita e despesa.

h) Convocar o Conselho Deliberativo para os casos que não possam ser resolvidos por esta.

Art. 33 - A diretoria reunir-se-á semanalmente.

Art. 34 - As reuniões da Diretoria serão consideradas legais desde que a elas compareçam a maioria dos seus membros.

Capítulo I X

Art. 35 - Ao PRESIDENTE DO CLUBE compete:

- a) Nomear os membros da Diretoria e Diretores dos Departamentos.
- b) Convocar e presidir as sessões da Diretoria.
- c) Representar o Clube, ativo e passivamente, judicial e extra-judicialmente.
- d) Ordenar as despesas aprovadas pela Diretoria.
- e) Resolver os casos urgentes, dando ciência de seus atos na primeira reunião da Diretoria.
- f) Assinar junto com o Vice-Presidente de Finanças ordens de pagamento e outros títulos de igual natureza.
- g) Por o "visto" em todos os comprovantes relativos as despesas do Clube.
- h) Presidir e dirigir as reuniões, festas, conferências e quaisquer sessões solenes organizadas pelo Clube.

Capítulo X

Do Vice-Presidente Administrativo

Art. 36 - Ao Vice Presidente Administrativo compete:

- a) Substituir o Presidente.
- b) Dirigir todo o serviço da Secretaria.
- c) Redigir e assinar todas as notas dirigidas à imprensa.
- d) Redigir e assinar as atas das sessões da Diretoria.
- e) Redigir e assinar a correspondência e avisos.
- f) Ter a seu cargo a escrituração de livro da matrícula de sócios fornecendo ao Vice-Presidente de Finanças os dados relativos a licença, admissão, eliminação e mudança de categoria.

Capítulo X I

Do Vice Presidente de Finanças.

Art. 37 - Ao Vice Presidente de Finanças compete:

- a) Dirigir todo o serviço da Tesouraria.
- b) Ter sob a sua guarda e responsabilidade todos os valores e títulos de renda pertencentes ao Clube.
- c) Assinar com o Presidente os títulos mencionados na alínea f de art. 35

d) Apresentar a Diretoria, no princípio de cada mês, o balancete mensal.

e) Organizar o balanço anual e demonstração de conta de Receita e Despesa e Fundo Social.

f) Efetuar as despesas aprovadas pela Diretoria, devendo as contas serem visadas pelo Presidente.

g) Assinar recibos de jóias e mensalidades.

h) Superintender a cobrança de todos os títulos sociais.

i) Recolher a um estabelecimento de crédito indicado pela Diretoria toda quantia superior a Cr\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros).

Art. 43 - Compete ao 2.º Tesoureiro substituir o 1.º Tesoureiro e auxiliá-lo quando solicitado.

J - SUBSTITUIR O - VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

4.º SEU IMPEDIMENTO

Capítulo XII

Do Vice-Presidente de Assuntos Culturais.

Art. 38 - Ao Vice-Presidente de Assuntos Culturais compete:

- a) Organizar e dirigir toda a atividade cultural do Clube.
- b) Escolher e nomear seus auxiliares.
- c) Apresentar mensalmente, realizações e programas futuros.

Capítulo XIII

Do Vice-Presidente do Patrimônio e Relações Públicas.

Art. 39 - Ao Vice-Presidente do Patrimônio e Relações Públicas, compete:

- a) ~~Gerir~~ ~~os~~ ~~bens~~ ~~imóveis~~ ~~e~~ ~~móveis~~ ~~do~~ ~~Clube~~.
- b) Promover as relações entre os sócios, com as sociedades co-irmãs e a comunidade em geral.

CAPÍTULO XIV

Do Conselho Fiscal

Art. 40 - O Conselho Fiscal será constituído de três membros.

Art. 41 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar e fiscalizar os atos da Diretoria e dar parecer ao Conselho Deliberativo sobre balanços e prestações de contas da mesma, a fim de serem discutidos e votados.
- b) Examinar em qualquer época os livros e documentos da Diretoria.

CAPÍTULO XV

Do Patrimônio

Art. 42 - O fundo patrimonial do Clube é constituído pelos bens imóveis ou móveis que possui ou venha a possuir.

Parágrafo único: Para que possa ser gravado ou alienado o patrimônio social é indispensável a autorização do Conselho Deliberativo.

Art. 43 - Se o Clube deixar de precezar as suas finalidades e for considerada indispensável sua dissolução, esta só se realizará se 4/5 dos seus sócios proprietários a aprovarem em sessão de Assembléia Extraordinária convocada para este fim e se o Conselho Deliberativo aprovar a decisão da Assembléia.

Parágrafo Único: Uma vez aprovada a dissolução do Clube e pagas todas as dívidas sociais, o restante do patrimônio será entregue à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

CAPÍTULO XVI

Das disposições gerais

Art. 44 - O Regulamento interno do Clube será complemento destes estatutos e consequentemente obriga a todos os sócios ao fiel cumprimento de suas disposições.

Art. 45 - O Clube não se envolverá em questões de caráter político-partidário, ~~nacionais~~ ~~ou estrangeiras~~, assim como nada terá a ver com as atitudes políticas de qualquer de seus ~~diretores~~.

Art. 39 - Ao Vice-Presidente da Associação de Relações Públicas, compete:

a) Zelar nos bens imóveis e móveis do Clube.

b) Promover as relações entre os sócios, com as sociedades co-irmãs e a comunidade em geral.

CAPÍTULO XIV Do Conselho Fiscal

Art. 40 — O Conselho Fiscal será constituído de três membros.

Art. 41 — Compete ao Conselho Fiscal:

a) Acompanhar e fiscalizar os atos da Diretoria e dar parecer ao Conselho Deliberativo sobre balanços e prestações de contas da mesma, a fim de serem discutidos e votados.

b) Examinar em qualquer época os livros e documentos da Diretoria.

CAPÍTULO XV

Do Patrimônio

Art. 42 — O fundo patrimonial do Clube é constituído pelos bens imóveis ou móveis que possui ou venha a possuir.

Parágrafo único: Para que possa ser gravado ou alienado o patrimônio social é indispensável a autorização do Conselho Deliberativo.

Art. 43 — Se o Clube deixar de precezeir as suas finalidades e for considerada indispensável sua dissolução, esta só se realizará se 4/5 dos seus sócios proprietários a aprovarem em sessão de Assembléia Extraordinária convocada para este fim e se o Conselho Deliberativo aprovar a decisão da Assembléia.

Parágrafo Único: Uma vez aprovada a dissolução do Clube e pagas todas as dívidas sociais, o restante do patrimônio será entregue à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

CAPÍTULO XVI

Das disposições gerais

Art. 44 — O Regulamento interno do Clube será complemento destes estatutos e consequentemente obriga a todos os sócios ao fiel cumprimento de suas disposições.

Art. 45 — O Clube não se envolverá em questões de caráter político-partidário, ~~nacionais ou estrangeiras~~, assim como nada terá a ver com as atitudes políticas de qualquer de seus associados ou diretores.

Art. 46 — A sessão da sede ~~para reuniões ou sociedades que a solicitem para festas ou comemorações e iniciativas artístico-literárias~~, fica afeta à Diretoria e será regulamentada pelo regimento interno.

Art. 47 — Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais do Clube.

Art. 48 — Aprovados estes estatutos e feito o competente registro, entrarão em vigor na forma da lei.

Estes estatutos foram aprovados em Assembléia Geral realizada em 21 de Setembro de 1950 e registrados no Cartório do Registro Especial em 24-10-1950, sob n. 1.161 e modificados em Assembléia Geral de 12-6-1956.

Art. 49 — Estes estatutos só poderão ser re-

Do
ART. 39 - Ao
co
a)
b)

LAÇÕES PÚBLICAS
LAÇÕES PÚBLICAS
O CLUBE
COM AS SOCIE-
GERAL

CAPÍTULO VI

Das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias

Art. 19 — A Assembléia Geral se compõe de sócios que, em pleno gozo de seus direitos, a ela comparecerem.

Art. 20 — Os socios proprietários quites com a tesouraria reunir-se-ão em Assembléia Geral, convocada pela Diretoria, bienalmente, durante a primeira quinzena de Junho, para o fim de eleger os membros do Conselho Deliberativo, de que trata o art. 23.

Art. 21 — A Assembléia Geral só poderá ser constituída em 1.^a Convocação com a presença da maioria de sócios com direito a voto, e em 2.^a com qualquer número de socios.

Parágrafo 1.^o — Da primeira convocação se dará ciência pela imprensa com a antecedência exigida por lei.

Parágrafo 2.^o — Se na hora aprazada para a instalação da Assembléia não houver número legal estabelecido nestes estatutos para a 1.^a convocação, far-se-á a 2.^a reunião para meia hora mais tarde, com qualquer número de socios presentes.

— 6 —

Art. 22 — As Assembléias Gerais serão sempre abertas pelo presidente do Clube ou seu substituto legal.

Parágrafo 1.^o — Os sócios só poderão fazer uso da palavra quando esta lhe for concedida pelo Presidente da Assembléia.

Parágrafo 2.^o — O Presidente da Assembléia nomeará dentre os sócios presentes o Secretário e estabelecerá as normas para o uso da palavra, cabendo ao mesmo a faculdade de cassar a palavra ao sócio que se expressar em linguagem insultuosa ou inconveniente, ou quando julgar prejudicial à boa marcha dos trabalhos.

Art. 23 — Na Assembléia só poderão votar e ser votados os sócios proprietários a ela presentes que estejam quites com o Clube em qualquer sentido, e sejam maiores de 21 anos.

Parágrafo único — As eleições ou votações serão sempre por meio de voto secreto.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Deliberativo, sua constituição, funcionamento e convocação

Art. 24 — O Conselho Deliberativo se compõe de 19 membros, sócios proprietários eleitos em Assembléia Geral.

Parágrafo 1.^o — Este Conselho será constituído pelos sócios proprietários formado em dois grupos:

— 7 —

Parágrafo 2.^o — A gestão do Conselho Deliberativo será de dois anos.

Art. 25 — Ao Conselho Deliberativo compete:

- a) Eleger dentre os seus membros o Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho.
- b) Eleger a Diretoria do Clube.

- 4.
- c) Reunir-se no mínimo uma vez por mês.
 - d) Aprovar os atos da Diretoria, os balanços e relatório anual da Diretoria.
 - e) Julgar recursos e atos da Diretoria e Conselho Fiscal.
 - f) Resolver os casos omissos nestes estatutos.
 - g) Reformar os estatutos em parte, ou todo.
 - h) Fixar a jóia e as mensalidades das diferentes categorias de sócios.

Art. 26 — O Conselho Deliberativo poderá cassar o mandato da Diretoria ou de seus membros se julgar os atos destes ruinosos aos interesses do Clube.

Parágrafo único — Neste caso, nomeará outros membros para findar o mandato.

Art. 27 — As vagas que se derem no Conselho Deliberativo por qualquer circunstância serão preenchidas por indicação da maioria dos seus membros, em reunião ordinária ou extraordinária.

Parágrafo único — Na hipótese das vagas atingirem a 1/3 do Conselho Deliberativo, este convocará a Assembléia Geral Extraordinária para a eleição dos Cargos vagos.

9-

Art. - 28 Os membros do Conselho Deliberativo não estão impedidos de serem eleitos para qualquer dos cargos da Diretoria.

? ? Art. - 29 Ficam sujeitas à aprovação do Conselho Deliberativo a compra, venda, ou permuta ou alienação de imóveis, bem como as despesas superiores a Cr\$ 10.000,00 (Dez mil cruzeiros). ? ?

Parágrafo único. - As reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Deliberativo serão consideradas legais desde que a elas estejam presentes a maioria dos Conselheiros.

CAPÍTULO VIII

Da Diretoria

Art. 30 - O Clube será administrado por uma Diretoria composta dos seguintes membros: PRESIDENTE. - VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO. - VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS. - VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS CULTURAIS. - e VICE PRESIDENTE DE PATRIMÔNIO E RELAÇÕES PÚBLICAS.

Parágrafo único - A nacionalidade dos membros da Diretoria obedecerá ao estatuido nas leis vigentes.

Art. 31 - O mandato da Diretoria será de dois anos e as reeleições serão legais de conformidade com as disposições estatutárias.

Art. 32 - Compete a Diretoria:

- a) administrar o Clube zelando pelos seus interesses e engrandecimento.
- b) Elaborar o regimento interno.
- c) Deliberar sobre admissão, demissão e licença, assim como eliminação, readmissão e penalidades dos sócios.
- d) Resolver os casos omissos destes estatutos, submetendo-os a aprovação do Conselho Deliberativo, antes da execução.
- e) Autorizar as despesas necessárias à manutenção do Clube.
- f) Contratar os empregados que julgar necessários.
- g) Organizar o relatório anual e os balanços da receita e despesa.
- h) Convocar o Conselho Deliberativo para os casos que não possam ser resolvidos por esta.

Art. 33 - A diretoria reunir-se-á semanal-

5.

Art. 34 - As reuniões da Diretoria serão consideradas legais desde que a elas compareçam a maioria dos seus membros.

Capítulo I X

Art. 35 - Ao PRESIDENTE DO CLUBE compete:

- a) Nomear os membros da Diretoria e Diretores dos Departamentos.
- b) Convocar e presidir as sessões da Diretoria.
- c) Representar o Clube, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente.
- d) Ordenar as despesas aprovadas pela Diretoria.
- e) Resolver os casos urgentes, dando ciência de seus atos na primeira reunião da Diretoria.
- f) Assinar junto com o Vice-Presidente de Finanças ordens de pagamento e outros títulos de igual natureza.
- g) Por o "visto" em todos os comprovantes relativos as despesas do Clube.
- h) Presidir e dirigir as reuniões, festas, conferências e quaisquer sessões solenes organizadas pelo Clube.

Capítulo X

Do Vice-Presidente Administrativo

Art. 36 - Ao Vice Presidente Administrativo compete:

- a) Substituir o Presidente.
- b) Dirigir todo o serviço da Secretaria.
- c) Redigir e assinar todas as notas dirigidas à imprensa.
- d) Redigir e assinar as atas das sessões da Diretoria.
- e) Redigir e assinar a correspondência e avisos.
- f) Ter a seu cargo a escrituração do livro da matrícula de sócios fornecendo ao Vice-Presidente de Finanças os dados relativos a licença, admissão, eliminação e mudança de categoria.

Capítulo X I

Do Vice Presidente de Finanças.

Art. 37 - Ao Vice Presidente de Finanças compete:

- a) Dirigir todo o serviço da Tesouraria.
- b) Ter sob a sua guarda e responsabilidade todos os valores e títulos de renda pertencentes ao Clube.
- c) Assinar com o Presidente os títulos mencionados na alínea f do art. 35

d) Apresentar a Diretoria, no princípio de cada mês, o balancete mensal.

e) Organizar o balanço anual e demonstração de conta de Receita e Despesa e Fundo Social.

f) Efetuar as despesas aprovadas pela Diretoria, devendo as contas serem visadas pelo Presidente.

g) Assinar recibos de jóias e mensalidades.

h) Superintender a cobrança de todos os títulos sociais.

i) Recolher a um estabelecimento de crédito indicado pela Diretoria toda quantia superior a Cr\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros).

Art. 43 - Compete ao 2.º Tesoureiro substituir o 1.º Tesoureiro e auxiliá-lo quando solicitado.

J - SUBSTITUIR O VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO 4º SEU IMEDIATO